



GUIA DE ESTUDOS

RCE (1792)

A REVOLUÇÃO HAITIANA E A NECESSIDADE DE
MECANISMOS ANTI-REVOLUCIONÁRIOS

DIRETORA

Juliana Menegasso Rossi

DIRETORAS ASSISTENTES

Isadora Ferreira Marinho

Nicolle Rodrigues Couto

9a12out
EDIÇÃO VIRTUAL



PARCEIROS



ONUBR
Nações Unidas no Brasil



PUC Minas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA	5
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA	7
2.1. A história da ilha de São Domingos	7
2.2. A Revolução Francesa em 1792	9
2.2.1. <i>A Declaração dos Direitos dos Homens</i>	10
2.2.3. <i>A Sociedade dos Amigos dos Negros</i>	11
2.3. A colonização espanhola na América	12
2.3.1. <i>As Intendências Espanholas e os vice-reinos</i>	12
2.3.2. <i>O interesse espanhol sobre a ilha de São Domingos</i>	14
2.4. A Revolução Haitiana e seus ideais	14
2.4.1. <i>As nuances da Revolução Haitiana</i>	15
2.4.2. <i>O impacto da Revolução Haitiana nas colônias e cortes europeias</i>	16
2.4.3. <i>A história de Julien Raimond face à Revolução</i>	16
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ	17
3.1. A Reunião do Conselho Espanhol	18
3.2. O funcionamento da reunião	18
4. POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES	19
4.1. Conselho de <i>Castilla</i>	19
4.2. As Intendências Espanholas	19
4.3. Julien Raimond	20
4.4. A Sociedade dos Amigos Negros	20
4.5. Embaixada de Portugal	20
4.6. Embaixada da França	21
4.7. Embaixada do Reino da Grã-Bretanha	21
5. QUESTÕES RELEVANTES PARA AS DISCUSSÕES	21
REFERÊNCIAS	22

1. APRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA

Juliana Menegasso Rossi - Diretora

Olá, caros e caras representantes! Meu nome é Juliana Menegasso Rossi e serei a diretora do comitê RCE (1792). Tenho 21 anos e estou no 4º período do curso de Relações Internacionais durante nossas simulações. Minha primeira experiência dentro de uma simulação das Nações Unidas foi em 2016, no ensino médio, entretanto, posso apenas dizer que me engajei realmente em uma simulação no ano passado, como voluntária no comitê da OEA (2019). Acredito que é uma experiência única para todos os integrantes, já que podemos compreender com maior clareza como os Estados tomam suas decisões no cenário internacional e, a partir disso, podemos vivenciar e ampliar o conhecimento adquirido dentro das salas de aula e vê-lo em prática.

Nesse contexto, sempre me interessei pela história do Haiti e vi como debatíamos pouco no ensino médio, um assunto tão relevante e importante, que foi a primeira revolução liderada por negros. Uma Revolução inspirada nos ideais franceses, que foram negados de participarem e assim, procuraram por seus próprios ideais de liberdade e igualdade. Após inúmeras pesquisas, cheguei à conclusão de que é um assunto que deverá ser pertinente ainda nos debates atuais e tive a ideia de criar este comitê. Espero que os senhores e senhoras, gostem e fiquem entusiasmados, da mesma maneira que fiquei ao construir este comitê! Agradeço, já adiantadamente, a presença de vocês e espero ansiosamente que possamos encontrá-los, mesmo remotamente, para debater esse assunto de tão grande relevância para a história.

Isadora Marinho - Diretora Assistente

Olá, senhores e senhoras representantes! Meu nome é Isadora Ferreira Marinho, tenho 22 anos, estou no 7º período do curso de Relações Internacionais na PUC-Minas e terei o prazer de compor a mesa diretora do comitê RCE (1792) no cargo de Diretora Assistente. O meu primeiro contato com modelos de simulações aconteceu quando ainda estava no Ensino Médio

e participei de um comitê da OMS, experiência a partir da qual me apaixonei não só por simulações, como pela área das Relações Internacionais. Alguns anos depois, pude participar do MINIONU em sua 20ª edição como voluntária no comitê da Comissão Europeia (2019), no qual se discutiu a política energética europeia, e foi uma experiência riquíssima. No ano passado, fui Diretora Assistente do comitê OEA (2019) que tratou sobre Mecanismos de fortalecimento da democracia na América e posso afirmar que todas essas participações me ajudaram a olhar para o mundo de uma forma diferente e aprender um pouco mais sobre o meio internacional.

Agora, na minha terceira participação no MINIONU, poderei estar junto com vocês compondo a mesa e me empenhando para que tenham uma experiência inesquecível. A nossa proposta neste comitê é que, a partir do estudo e das discussões acerca da Revolução Haitiana, vocês se sintam incentivados a conhecer mais sobre este evento histórico que, mesmo não sendo muito explorado atualmente, teve extrema relevância para sua época. Nesse sentido, gostaria de compartilhar com vocês o meu apreço pelos debates devido a sua capacidade de nos mostrar diferentes perspectivas sobre uma mesma questão, então espero que vocês tenham uma experiência de grande aprendizado e que permitam se apaixonar pelas simulações.

Nicolle Rodrigues Couto - Diretora Assistente

Caros e caras representantes! Meu nome é Nicolle Rodrigues Couto, tenho 19 anos, sou diretora assistente do comitê RCE (1792) e estou no terceiro período do curso de Relações Internacionais durante o 22º MINIONU. A minha trajetória no MINIONU iniciou-se em 2019, quando tive a oportunidade de participar do projeto como delegada da Venezuela no comitê CDH (2019), que foi uma experiência muito enriquecedora, na qual pude reafirmar o meu interesse pelo estudo de RI. No ano seguinte, em 2020, já como graduanda em RI, participei como voluntária no comitê UNICEF (2016) e, assim, obtive uma visão muito ampla a respeito do projeto.

Dessa forma, com base nas minhas experiências em edições anteriores, o desejo de permanência no projeto tornou-se intrínseco a mim, portanto, o MINIONU representa uma grande oportunidade de aprimoramento de habilidades interpessoais, compreensão do ambiente diplomático e um intercâmbio cultural, no qual há espaço para a argumentação com respeito, empatia, discernimento e sagacidade. Logo, a partir deste encontro das interpretações das diferentes delegações presentes no evento, poder-se-á alcançar uma maior percepção dos acontecimentos mundiais sob uma perspectiva mais abrangente.

Nesse sentido, assim como o MINIONU mudou a minha vida, espero que vocês possam desfrutar de uma experiência tão incrível quanto a que eu tive. Sendo assim, espero encontrá-los brevemente, ainda que em regime remoto, para que possamos simular da melhor maneira possível, contribuindo para a manutenção, excelência e grandiosidade do projeto!

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Nesta seção iremos contextualizar a Revolução Haitiana e os fatores que influenciam sua trajetória tais como, a história e os ideais da Revolução Francesa. Além disso, há uma breve introdução da colonização da América Espanhola para que possam entender os funcionamentos dentro das outras colônias, e como a Revolução na ilha de São Domingos pode afetá-las.

2.1. A história da ilha de São Domingos

No contexto de expansão das rotas comerciais e, consequentemente, de domínios marítimos no século XV, a chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano culminou na drástica exploração de povos nativos do Novo Mundo, que hoje conhecemos como América. A corte espanhola obteve domínio sobre a primeira colônia européia estabelecida, a ilha de Hispaniola ou São Domingos, até 1697, quando o Tratado de Ryswick foi estabelecido, concedendo o domínio à França sobre a parte ocidental da ilha. Neste período, a atividade econômica realizada sob o domínio espanhol era a exploração do ouro, utilizando mão de obra, predominantemente, indígena. Assim, os nativos viviam em condições precárias, submetidos ao intenso abuso, além de estarem sujeitos ao processo de catequização forçada (JAMES, 2010).

A partir do sistema de exploração, a população nativa foi reduzida, tendo em vista as péssimas condições de trabalho a que era submetida. Assim, visando a manutenção da escravidão, o cristianismo como mecanismo de coerção funcionava objetivando persuadir aqueles povos para que exercessem um trabalho efetivo nos latifúndios. Dessa forma, até o século XVIII, aproximadamente, 40% do açúcar produzido sob o sistema de *plantation*¹ naquele território, era exportado para a Europa que estava sob o sistema mercantilista (JAMES, 2010). Como resultado do trabalho forçado dentro das lavouras, a colônia francesa obteve grande crescimento econômico em função da capacidade de geração de riquezas proporcionadas ao continente.

¹ Esse conceito diz respeito a um modelo de exploração na América colonial adotado pelos europeus que utilizavam da mão de obra escrava para a produção monocultora em grandes latifúndios, visando a exportação.

À medida que a população nativa declinava por conta da intensa exploração, condições sanitárias precárias e fome, a introdução de escravos negros africanos tornava-se cada vez mais recorrente. Estes, vítimas do tráfico negreiro, carregavam em si um modelo de símbolos e crenças que funcionavam como um mecanismo de unificação do grupo para a preservação da cultura africana na ilha (THORNTON, 2004). No tempo livre que lhes era concedido, havia a oportunidade de realização da prática da religião vodu, que teve muita importância no processo de socialização entre escravos (GEGGUS, 1992).

Ao final do século XVIII, a Ilha de São Domingos era a mais populosa colônia francesa, contando com aproximadamente 520 mil habitantes. Desse total, estima-se que 40 mil fossem parte da população branca de origem europeia, 30 mil fossem pessoas negras que já haviam alcançado a liberdade e 450 mil representassem o número total da população negra escravizada, quantidade que correspondia a um terço de todo o comércio de escravos do Atlântico. Esse intenso fluxo de contrabando de pessoas era uma consequência da alta taxa de mortalidade de escravos na ilha, tendo em vista que a expectativa de vida dessas pessoas era de 21 anos e que a metade de todos os africanos que chegavam à ilha morriam em até 8 anos de desnutrição, excesso de trabalho e doenças. Além disso, a compra de escravos para os colonos europeus era uma resposta ao excesso de mortes sobre o nascimento da população escravizada (COUPEAU, 2008; GARRIGUS, 2006).

A alta taxa de mortalidade entre a população negra era fortemente acentuada em virtude das péssimas condições de vida a que era submetida. A violência era um elemento presente desde o momento de retirada dessas pessoas de suas comunidades e dos seus meios familiares no interior do continente africano, até seu último dia de vida enquanto escravos nas colônias europeias. Assim, de forma a evitar as tentativas de fuga ao serem capturados, era comum que fossem amarrados a pedras de 20 a 25 quilos enquanto caminhavam quilômetros para chegar aos portos, onde seriam vendidos. Nos navios, os escravos ficavam amontoados nos porões, recebendo comida duas vezes ao dia e eram mantidos acorrentados durante a maior parte da viagem em direção à América, etapa em que cerca de um quinto das pessoas sendo traficadas morriam. Ao chegar na ilha, os escravos eram submetidos a uma jornada de trabalho excessiva, na qual começavam suas tarefas ainda de madrugada e seguiam até tarde, às vezes apenas era permitido que parassem as dez ou onze horas da noite. Além de trabalharem como animais, também eram alojados como tal em cabanas de palha e terra batida pequenas demais para quantidade de pessoas lá acomodadas (JAMES, 2010).

2.2. A Revolução Francesa em 1792

No século XVIII, a França vivia sob contexto do Antigo Regime - monarquia absolutista - em que o monarca concentrava poderes do Estado. A população era dividida com base em um modelo de sociedade estamental, sistematizada nas divisões entre clero, nobreza e os servos, sem possibilidade de mobilização social. A aristocracia representava um grupo que dispunha da posse de grande parte do território, juntamente com o clero. Estes somavam um grupo de privilegiados na França, também isentos da contribuição com impostos (VOVELLE, 2012).

Assim como as outras monarquias absolutistas da época, a França vivenciava um contexto de crise econômica, com uma grave dificuldade de arrecadação de impostos, tendo em vista que apenas o Terceiro Estado² contribuía financeiramente, enquanto o clero e a nobreza gozavam de luxos e privilégios financiados pelos camponeses, servos e burgueses (VOVELLE, 2012). Dada tamanha insatisfação, em maio de 1789, a Reunião dos Estados Gerais foi convocada pelo rei Luís XVI, que objetivou discutir questões para a mudança do cenário caótico em que a França se encontrava. No entanto, o descontentamento do terceiro Estado se manteve, visto que, durante o debate, o clero e a nobreza mantiveram a mesma posição. Dessa forma, a insatisfação dos servos perdurou e Luís XVI decidiu por dissolver a Assembleia.

O Terceiro Estado, com a busca pela equivalência aos privilegiados, estabeleceu o Juramento da Sala do Jogo da Pela. Os servos, burgueses, camponeses e todos aqueles que ambicionavam os mesmos direitos do clero e da nobreza, reuniram-se na Sala do Jogo da Pela e decidiram não se separar até que houvesse uma constituição que limitasse os poderes do rei (VOVELLE, 2012). A partir desse momento, iniciou-se o período do Grande Medo, em que houve um sentimento de revolta dos camponeses em relação à situação da França.

[...] os aldeões pegaram em armas ao primeiro sinal de perigos imaginários: piemonteses nos Alpes, ingleses na costa, "bandoleiros" por toda a parte. Propagado por contato, esse temor se dissipou rapidamente, mas chegou aos confins do reino em poucos dias. Desencadeou a revolta rural e prolongou-se com saques de castelos e queima de títulos de impostos senhoriais. Nesse sentido, o Grande Medo é mais do que um movimento "saído das profundezas dos tempos", como disse Michelet: ele traduz a mobilização das massas camponesas e simboliza sua entrada oficial na revolução (VOVELLE, 2012, p. 24).

Nesse sentido, destaca-se um evento de grande relevância, a queda da Bastilha, o estopim para o início da Revolução Francesa, de fato. Tratava-se da invasão a uma prisão inativa, a Bastilha - que era vista, na época, como o símbolo do absolutismo monárquico - como

² O Terceiro Estado era composto pelos trabalhadores das cidades, camponeses e a burguesia em ascensão que juntos somavam mais de 80% da população francesa na época. A maior parte dos impostos ressoavam nesses grupos e, por isso, se juntaram para que pudessem ter uma voz maior dentro da política e mais direitos.

uma reação à insatisfação com o governo francês. Aqueles que se dirigiram à prisão, objetivando a luta contra o absolutismo, eram denominados *sans culottes*, um grupo de artesãos, trabalhadores e pequenos proprietários participantes da Revolução que representavam o terceiro Estado. Este grupo, dentre outros, foram inspirados pelo desejo da mudança, constituíram a Assembleia Nacional Constituinte e elaboraram uma nova constituição para gerir a França (VOVELLE, 2012).

A Assembleia Nacional Constituinte, influenciada por ideais iluministas da época, foi responsável pela abolição de questões feudais - como a arrecadação de impostos e os privilégios das classes - e pela elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que determina o início dos direitos civis. A partir desse momento, a liberdade, a igualdade e a fraternidade tornam-se ideais relevantes em oposição à sistematização estamental da sociedade. Por meio desse movimento revolucionário, a França conseguiu concretizar a derrubada do absolutismo e a instauração do regime republicano (NORONHA, 2009). Assim, a Revolução Francesa influenciou as demais metrópoles e colônias a seguirem os ideais da Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadão.

2.2.1. A Declaração dos Direitos dos Homens

No contexto de luta pela igualdade, há a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que atende às reivindicações do Terceiro Estado e marca o fim do Antigo Regime na França (LOGIS, 2019). Fundamentada nos ideais de manutenção e proteção de ideais iluministas, a esquematização da sociedade estamental foi abolida, ou seja, determinou-se uma equivalência entre as classes, visto que a Declaração tinha como premissa que todos os homens fossem iguais perante a lei. A Declaração busca resguardar o direito à liberdade e igualdade aos cidadãos, além do direito à propriedade privada e de resistência à tirania e opressão (NORONHA, 2009).

Nessa perspectiva, a universalização dos direitos dos homens surte efeito nos direitos da sociedade escravista, visto que a Declaração pressupõe que os indivíduos são livres e iguais, sem distinções. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade propagados não englobam os escravos e, assim, tal fato corrobora para a tentativa de revoltas para a libertação de escravizados nas colônias, que adquiriram conhecimento acerca da liberdade prometida pela DDHC (HURBON, 2000, p.40 apud LOGIS, 2019). Nesse sentido, entende-se que a Declaração teria sido elaborada a partir de uma visão eurocêntrica e que na prática, não se aplicaria ao contexto das colônias (LOGIS, 2019).

2.2.2. Impactos da Revolução Francesa em São Domingos

A situação infame enfrentada pelos escravos despertou um desejo de mudança na conjuntura social e econômica desumana a que eram submetidos. Enquanto colônia francesa, inspirados pelo impulso revolucionário do desejo de extermínio de seus opressores, os escravizados de São Domingos, ainda que sujeitos ao controle dos colonizadores, foram influenciados pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade originários a partir dos ideais da Revolução Francesa (SOARES; SILVA, 2006).

A partir da queda do absolutismo conduzida pela burguesia por meio dos ideais iluministas, a Declaração do Homem e do Cidadão foi responsável por estimular sentimento revolucionário nos escravos e mulatos que tinham já o conhecimento acerca das premissas da declaração, tendo em vista que todo homem é igual perante a lei (VOVELLE, 2012). Dessa forma, essa ideia influenciou diretamente a população que vivia na ilha, assim, os escravos negros e mulatos passaram a reivindicar que também fossem iguais perante a lei, como estava acontecendo na França. Os escravos, movidos pelo sentimento de vingança, deram início à organização da revolução, pretendendo o extermínio de seus senhores. (JAMES, 2010).

Nesse sentido, para além da aquisição de uma igualdade jurídica, os escravos e recém-libertos que viviam na ilha queriam a independência da França, de forma que a relação de dependência e subordinação entre os dois territórios tivesse um fim. Tal anseio é fortemente influenciado pela recente queda da monarquia francesa, a partir da qual houve uma esperança de que as camadas mais baixas da sociedade obtivessem uma maior participação política. Guiados pela expectativa de conquistar um reconhecimento de igualdade e pôr um fim a sua exploração, os revoltosos haitianos dão início a uma série de rebeliões dentro da colônia francesa (FONTELLA; MEDEIROS, 2007).

2.2.3. A Sociedade dos Amigos dos Negros

A Sociedade dos Amigos Negros foi a primeira organização antiescravista francesa criada, em 1788, na cidade de Paris. O grupo era composto por homens de letras, nobres, financistas e mulatos que se dedicaram, por meio de panfletos e petições à Assembleia, a levar o problema da escravidão para o espaço público. Ela tornou-se, para colonos e armadores, um símbolo da ameaça que pesava sobre o comércio colonial naquele tempo de mudanças (SAES, 2013).

Entretanto, a Sociedade não visava à desagregação do sistema colonial: o seu antiescravismo era moderado, centrado na proibição do tráfico e na abolição gradual da escravidão: para eles, seria ideal uma transformação progressiva do sistema colonial, tornando-o mais humano, seguro e rentável (SAES, 2013).

2.3. A colonização espanhola na América

A colonização espanhola começou no contexto em que nações europeias descobriram o continente do Novo Mundo, e tinham como objetivo extrair recursos deste novo território, como forma de fortalecer o estado econômico das nascentes monarquias nacionais. A Espanha foi uma das monarquias pioneiras, ao encontrar, em 1492, terras ao oeste, que seria o que chamamos de América Central.

A conquista da América espanhola foi vasta e incrivelmente rápida. Os espanhóis tinham armas de fogo, cavalos e se aproveitaram das divisões entre os indígenas. Não tardou muito para que a guerra e as doenças dizimassem várias populações indígenas. A coroa espanhola estava ávida em recolher os frutos da conquista, mas exerceu um papel relativamente pequeno na sua organização (COGGIOLA, 2007).

É importante salientar que, na Espanha, mesmo após três séculos de domínio imperial, os hispânico-americanos viam em sua mãe-pátria uma imagem de si mesmos. Isso quer dizer que todas as necessidades sociais e econômicas que a colônia tinha, de uma certa maneira podemos observar que a Espanha também possuía, elas apenas se diferem em uma atividade: as colônias produziam metais preciosos e a metrópole não. Insatisfeitos, a Dinastia Bourbon em 1700, modificou a estrutura colonial para tentar ter mais controle sobre as colônias e aumentar a produtividade que havia se perdido para que pudessem suprir a demanda do aumento populacional na Europa e, assim, foram criadas as intendências espanholas (BETHELL, 2001).

2.3.1. As Intendências Espanholas e os vice-reinos

A casa de Bourbon, após a Guerra da Sucessão Espanhola, assumiu o poder em abril de 1700, com a chegada de Felipe V a Madri. Das reformas empreendidas pelo rei, as mais importantes seriam a centralização dos poderes em suas mãos e a unificação - igualdade de instituições para todo o território - na administração baseadas no princípio próprio do absolutismo de seu avô Luís XIV. Nos vice-reinos, que se situavam na América espanhola, Felipe V resolveu criar um sistema de administração, que seriam as intendências.

As Intendências Espanholas estabeleciam um novo centro administrativo para os seus vice-reinos - Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Prata – que, respectivamente, representam atualmente os territórios do México; Venezuela, Colômbia e Equador; Peru, Chile e Bolívia; e Argentina, Uruguai e Paraguai, como podemos observar no mapa abaixo. Os vice-reinos eram os territórios em que os espanhóis conseguiam explorar metais preciosos e, conseqüentemente, possuíam um poderio comercial e político que as capitânias gerais não tinham, por serem apenas lugares militares estratégicos para os espanhóis caso haja uma necessidade de conter um motim ou guerras.

Mapa 1 - Vice-reinos espanhóis



Fonte: Cartografia Anderson de Andrade Pimentel (2003)

No novo modelo administrativo, as intendências teriam uma autonomia maior e um poder de fiscalização grande perante revoltas, milícias e corrupção que ocorriam dentro dos governos administrativos locais (ANZOÁTEGUI, 2016). As Intendências possuíam representantes tanto nos vice-reinos como na corte espanhola, o que fez com que tivessem um papel relevante na Coroa, já que possuíam um conhecimento vasto do que estava ocorrendo dentro dos vice-reinos e auxiliavam na transição do novo modelo de administração imposto pela Coroa Espanhola.

2.3.2. O interesse espanhol sobre a ilha de São Domingos

Como já mencionado, a ilha de São Domingos pertencia à Espanha, porém foi cedida à França, em 1697. A evolução da ilha, nos quesitos econômicos, chamava atenção das outras potências europeias, por seu solo fértil e boa localização, de modo que se tornou a colônia mais rica do Império francês com suas plantações de açúcar, cacau e café, que não eram prósperas na Europa. Assim, quando observaram o começo da crise política e social que a França estava vivenciando em seu território, que coincidiu com a revolta haitiana, viram a oportunidade de se apossar de umas das colônias mais prósperas.

A Coroa Espanhola, aproveitando-se desse contexto, viu uma oportunidade de se apoderar do território que havia perdido há menos de um século. Invadiu a colônia francesa e recrutou os escravos para suas tropas. Jean-François, líder da revolução haitiana, sentindo-se traído pela monarquia francesa, ao não ter acesso aos direitos e ideais criados pela própria revolução, viu uma vantagem em aliar-se à Coroa Espanhola. As vantagens vistas por Jean-François seriam o apoio militar e de soldados espanhóis a lutarem pela sua causa e, posteriormente, uma garantia de liberdade sua e de sua família caso a revolução não fosse bem-sucedida.

Pode-se concluir, portanto, que a Coroa Espanhola possuía uma influência perante os rumos da Revolução Haitiana, por ter como aliado o próprio líder desta. A aliança do líder haitiano, Jean-François, aos espanhóis pode ser explicada pela desconfiança dos haitianos aos republicanos franceses abolicionistas. Boa parte dos republicanos franceses, eram mercadores portuários que enriqueciam com os produtos feitos por escravos e, ao mesmo tempo, acreditavam nos valores de igualdade e liberdade, o que torna-se algo contraditório na visão dos haitianos. Assim, para eles, era melhor aliar-se a uma Coroa exploradora, porém não aparentemente hipócrita em seus ideais (JAMES, 2010).

2.4. A Revolução Haitiana e seus ideais

Iniciada em 1791, a Revolução Haitiana foi um evento que sofreu muita influência da revolução que aconteceu na França neste mesmo momento, uma vez que ideais iluministas presentes neste conflito europeu foram absorvidos pelos líderes revolucionários da ex-colônia francesa³. Nesse sentido, ao ter conhecimento das convicções que estavam sendo propagadas

³ Cabe ressaltar que, apesar de possuírem uma importante conexão entre si, as Revoluções Francesa e Haitiana foram dois eventos históricos diferentes, cada qual com seus próprios objetivos e motivações.

pelo povo francês, os grandes proprietários de terra haitianos temeram que os ideais de liberdade e igualdade chegassem até a massa de escravos presentes no país. Isso porque a estrutura social, política e econômica da colônia poderia sofrer graves consequências com a notícia (NORONHA, 2009). Apesar desse receio, a violência presente em todos os anos de colonização, juntamente ao anseio por liberdade, foram as principais motivações que levaram a uma organização de escravos e ex-escravos, visando uma revolta que subverteria a condição de submissão da população negra naquela sociedade (SOARES; SILVA, 2006).

Um dos responsáveis por levar os ideais iluministas instaurados na França para a Ilha de São Domingos foi um escravo liberto chamado Vincent Ogé, mas também houve uma propagação realizada por meio de comerciantes e de “mulatos” que saíram de São Domingos para estudar na França, mas voltaram para a ilha e organizaram um movimento de resistência à opressão colonial. Com apoio da população escravizada haitiana, Ogé liderou um levante armado, que não obteve sucesso e resultou na sua execução em 1791. Entretanto, este fato, que tinha como objetivo desencorajar a ocorrência de outras sublevações, trouxe um resultado contrário ao esperado, provocando uma maior revolta entre os escravos e, por conseguinte, uma maior adesão ao movimento revolucionário (SOARES; SILVA, 2006).

2.4.1. As nuances da Revolução Haitiana

Além de ser um dos primeiros movimentos revolucionários em prol da independência, a Revolução Haitiana foi singular em razão de alguns aspectos, como ter sido a primeira insurreição feita por escravos e a presença de líderes que possuíam certo grau de instrução. Embora seja um evento histórico que ficou conhecido pelo nível alarmante de violência presente no conflito, não há nada que evidencie que esta revolução tenha tido um teor violento maior do que outras ocorrências similares. Esta revolução foi o reflexo de seu passado, representando toda a indignação de uma massa de pessoas escravizadas com o modo de tratamento que receberam de seus colonizadores. Outro ponto notável desta revolta foi o modo como os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade presentes na metrópole influenciaram na eclosão desse movimento separatista na colônia. Nesse sentido, a população haitiana escravizada, unida pelo anseio de liberdade, possuía raízes africanas que serviram como um elemento necessário para criação de vínculos identitários que orientaram a luta pela garantia de direitos (SOARES; SILVA, 2006).

Apesar do sentimento de comunhão e identificação que os unia, ainda existiam ideias e práticas de personagens dentro da sociedade haitiana que, assim que alcançavam certo poder e

influência, voltavam-se contra o movimento revolucionário. Um importante caso foi do rebelde conhecido como Jean-François, o qual ocupou a função de líder de um dos grupos armados após a execução do comandante anterior, Boukman. Poucos meses em seguida à ocupação deste cargo, Jean-François já era reconhecido como um tenente perante as autoridades britânicas e, em momentos em que precisou negociar com comissários franceses e espanhóis em nome da população haitiana, favorecia seus próprios interesses ao invés de tentar barganhar pelo que seria o bem comum.

2.4.2. O impacto da Revolução Haitiana nas colônias e cortes europeias

A colônia francesa não foi incluída na Declaração dos Direitos dos Homens e, como resultado, diversas revoltas eclodiram, nas quais os escravos destruíram plantações, expulsaram colonizadores e mataram os que se recusaram a sair. Há uma ironia presente nesse contexto, já que a própria Revolução Francesa foi impulso para que os haitianos se juntassem, como dito pelo historiador cultural John Charles Chasteen: "A revolução haitiana também mostrou as ideias da revolução francesa em funcionamento nas Américas" (SILVA; SOARES, 2006, p. 2).

A Revolução Haitiana, então, se apresentava como uma ameaça às cortes europeias. Na França, a ascensão das classes oprimidas que lutavam pelo seu poder colocava em risco a corte e o modelo político vigente. Já a Revolução Haitiana, como um exemplo a outras colônias de um novo ideal social e racial que teve êxito em seu território, foi interpretada como uma ameaça para as elites coloniais. Ambas as revoluções, francesa e haitiana, instauram uma instabilidade política e, portanto, uma mudança brutal em seus governos. Assim, questionam a legitimidade das Cortes Europeias, propagam a violência descarada que pode culminar em guerras civis, deslegitimam o sistema de governo atual e trazem insegurança às cortes.

2.4.3. A história de Julien Raimond face à Revolução

Julien Raimond, conhecido como pioneiro do movimento abolicionista na colônia, nasceu em 1744, na cidade de Aquin, localizada na região Sul da ilha de São Domingos. Ele era fruto da união inter-racial entre Pierre Raymond, branco, nascido no Sul da França, e a mulher negra Marie Bégasse, nascida em São Domingos e herdeira de um ex-colono. Como era comum na época, os filhos mestiços nascidos na colônia geralmente eram mandados para a França, realizando seus estudos, e Raymond não foi exceção desta regra, ele teve o apoio financeiro da sua família e realizou seus estudos na metrópole francesa (LOGIS, 2020).

Posteriormente, tornou-se um dos maiores produtores de índigo - planta com o extrato forte das cores roxo e azul, comercializado para tecido - do sul da ilha. Assim, é importante ressaltar que Raimond estava em uma categoria intermediária nas classes sociais que eram baseadas nos brancos escravistas - detentores dos meios de produção - e negros escravizados como a força produtiva. A classe intermediária representava uma classe crescente na economia, e eram vítimas de uma série de discriminações políticas e raciais, que haviam se tornado uma marca de demarcação nas relações entre brancos, pessoas de cor e escravizados (LOGIS, 2020).

Na década de 1780, Julien mudou-se para a França, onde integrou-se na Sociedade dos Amigos Negros, porém, era um pouco mais radical do que a Sociedade ao querer a abolição da escravidão imediata e não com medidas graduais. Em 1789, quando a Assembleia Nacional aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, lançou uma carta lembrando aos franceses que todos os homens nascem iguais em direitos e dignidades. O trecho da carta postada, em 1789, por Julien Raimond diz exatamente isso, ao indagar aos deputados da Assembleia:

Devemos acreditar que os brancos põem em dúvida e tiveram a indecência de nos pedir a prova de liberdade. Foram eles que afirmaram que não há nenhum abuso nas colônias, e que as reivindicações da população de cor eram sem fundamento, e que foi sempre bem tratada. [...] Seria possível perguntar aos colonos brancos se eles são realmente todos brancos, e se isso é uma condição por eles estarem livres? É bom ressaltar isso e que os deputados brancos fiquem cientes. Às vezes, e mesmo com um grau de mistura muito próximo, a cor desaparece a ponto de ser quase impossível identificá-la. [...] a liberdade é um direito natural, inerente a todo ser que respirar [...] não seria suficiente dizer a um homem que ele é um escravo, tem que ter provas. (GAUTHIER, apud LOGIS, 2020, p. 85).

Conclui-se que Julien Raimond foi um ativista muito importante para as Revoluções francesa e haitiana, ao lutar pelos direitos políticos e sociais dos “mulatos” nas sociedades coloniais e metropolitanas, com a premissa de que ao terem direitos iguais, não haveria necessidade para manter outros negros como escravos e a instituição moral da escravidão cairia.

3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

Nesta seção serão abordados assuntos que dizem respeito às dinâmicas internas do comitê da Reunião das Cortes Espanholas, isto é, suas regras e procedimentos, além de sua história, estrutura, escopo de atuação e processo decisório. Essas informações serão de suma importância para que os representantes sejam apresentados às nuances do ambiente de debate.

3.1. A Reunião do Conselho Espanhol

Tendo em vista o contexto em que o comitê se situa e os entraves sócio-políticos que os países enfrentavam, viu-se a necessidade de criar uma reunião⁴ na Espanha, a qual convoca um conselho doméstico, em seu território, para discutir possíveis consequências das revoluções que estavam ocorrendo naquele momento. O conselho doméstico conta com a participação de alguns membros da Assembleia Legislativa da França, das Embaixadas portuguesa e inglesa, das Intendências dos Vice-Reinos da Nova Espanha e Nova Granada, da Sociedade dos Amigos Negros, de Julien Raimond e do Conselho de Castilla.

A reunião tem como base um debate sobre a situação em que a ilha haitiana se encontra, uma revolta ameaçadora para os modelos sociais e políticos das colônias e para a soberania dos países europeus sobre esses territórios. Há também o grupo social emergente, os “mulatos”, que têm uma voz importante tanto nos territórios coloniais quanto nos europeus, e que tentam reivindicar os seus direitos, em ambos os locais. A discussão tem como finalidade chegar a uma resposta e meio para que essa polarização de duas classes sociais, a branca colonizadora e mulata excluída de seus direitos (que também são negados aos negros escravos), possa acabar e chegar em um acordo para que o modelo social-político vigente consiga existir.

O Comitê tem como objetivo discutir a Revolução Haitiana que ao mesmo tempo lutava por direitos sociais revolucionários - mas ainda imbuídos no sistema colonial ultrapassado - discursa contra a escravidão e práticas racistas, porém no primeiro momento, tomam curso de ações que reafirmam a condição que vivem e não a mudam de fato. A dificuldade de sair de uma sociedade que fora sempre dividida por cativos e senhores, em que escravos apenas sonhavam em mudar de categorias e não conquistar uma liberdade individual instituída nos ideais da Revolução Francesa, propagou-se o desejo de superar esses obstáculos entre os escravos haitianos e mulatos da nobreza que se revoltaram contra a coroa francesa (GEGGUS, 2009).

3.2. O funcionamento da reunião

A reunião do Conselho Espanhol ocorreu oficialmente na Corte Espanhola em sua capital, Madri, nos dias 26 e 27 de julho de 1792⁵. Os debates do comitê serão moderados no estilo grego, ou seja, nesse tipo de moderação os representantes que desejam se pronunciar

⁴ A reunião do Conselho Espanhol é hipotética, ou seja, nunca ocorreu na história. Foi criada com o intuito de discutir a conjuntura social-política das colônias e como isso afeta as suas metrópoles.

⁵ Vale ressaltar que simulamos nos dias 10 a 12 de outubro de 2021 via plataforma *Teams*.

devem utilizar o recurso de levantar a mão na plataforma do *teams*, de modo a serem reconhecidas aleatoriamente pela mesa moderadora. Este sistema visa dinamizar os debates, visando uma maior democratização dos discursos dentro do comitê. Maiores detalhes sobre a moderação grega serão desenvolvidos no Guia de Regras.

Nesse sentido, a reunião contará com 9 representações, sendo estas com dois representantes cada. Vale destacar que a Mesa, por representar a Corte suprema - o Rei e a Rainha e seus conselheiros mais próximos -, terá um papel mais ativo nas discussões, pois no fim a proposta terá que convencer a Corte. Em conclusão, as propostas de resolução serão por consenso, pois os representantes terão que convencer a Rainha de seus argumentos. Por fim, a língua oficial do comitê será o português.

4. POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES

Nessa seção abordaremos de forma simplificada as especificidades, condutas e aspirações de atores que julgamos como centrais nos debates da RCE (1792).

4.1. Conselho de *Castilla*

O Conselho de *Castilla* é a segunda maior dignidade do reino, depois do Rei. O Conselho irá representar os interesses da Coroa Espanhola perante o território da colônia de São Domingos, a qual quer recuperar novamente por ser a colônia mais próspera economicamente e unificar com o território de São Domingos que se situa na mesma ilha. Ao mesmo tempo em que a Coroa apoia os líderes haitianos, para que consiga um certo poder perante a colônia rica, reconhece os perigos que cercam a Revolução Haitiana perante a suas outras colônias na América Latina, o que faz que procure mecanismos antirrevolucionários com as suas Intendências para que possa conter uma futura propagação.

4.2. As Intendências Espanholas

As Intendências Espanholas, principalmente, as da Nova Espanha e Nova Granada por serem localizadas perto da ilha de São Domingos, preocupavam-se com a possibilidade de a Revolução Haitiana espalhar-se nas outras colônias. Assim, por seus representantes dos Vice-Reinos entenderem as dinâmicas entre a elite colonizadora e os escravos, podem ter uma visão mais ampla sobre o funcionamento político e social que ocorria nos vice-reinos do que os

representantes de países europeus e conseguem assimilar quais mecanismos podem ser necessários para que a revolução não chegue a esses locais.

4.3. Julien Raimond

Julien Raimond, como mestiço, ativista e membro da Sociedade dos Amigos dos Negros, preocupou-se com a Revolução Haitiana e buscou defender a sua categoria racial ampliando a luta pela liberdade e igualdade dos escravizados, no que diz respeito à equivalência entre brancos e negros. Assim, demonstrou postura contra o prosseguimento da escravidão e contra a discriminação racial.

4.4. A Sociedade dos Amigos Negros

A Sociedade dos Amigos dos Negros, como uma associação antiescravista na França, reúne ativistas que visam a promoção da transformação quanto ao funcionamento do sistema colonial. Apresentam discursos centrados que envolvem a adesão de estratégias para a concretização da abolição gradual da escravidão e a proibição do tráfico negreiro. Preocupam-se, não apenas com a proporção de negros no trabalho escravo, mas também discursam em defesa do interesse nacional, visto que visam a mudança do sistema colonial. Ademais, não há a fomentação de movimentos revolucionários, mas sim, a difusão de ideais para a construção de uma sociedade política que também contribua para o abandono paulatino do sistema de exploração dos escravos.

4.5. Embaixada de Portugal

A coroa portuguesa possuía um importante império ultramarino e, assim como as outras cortes europeias que se encontravam nessa posição, tinha como objetivo manter suas colônias na América, na África e no leste asiático. Diante da Revolução Haitiana, as autoridades portuguesas temiam que este conflito servisse de exemplo para os escravos que viviam em seus domínios. Desse modo, Portugal passou a adotar estratégias para evitar que o mesmo que ocorreu com a França acontecesse no seu território. Além disso, a coroa portuguesa também se mostrava favorável à aplicação de políticas em prol da França, desencorajando movimentos abolicionistas e independentistas (DUARTE; QUEIROZ, 2016).

4.6. Embaixada da França

Com o estopim da Revolução em 1781, a França imediatamente viu suas forças serem confrontadas pela sua primeira colônia americana em processo de independência. Certamente, as autoridades francesas eram contra a emancipação haitiana, tendo em vista que este era um de seus domínios mais lucrativos na exportação de cana-de-açúcar, café e algodão. Ademais, apesar de ter passado recentemente por um processo revolucionário próprio que visava a subversão das classes sociais e defendia a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a atitude francesa diante das desigualdades presentes em suas colônias ainda tinham um caráter conservador (NORONHA, 2009). Por outro lado, no que diz respeito à política abolicionista francesa, os pensamentos iluminista e liberal, que ganharam preponderância com a Revolução Francesa, fortaleceram o movimento abolicionista no país (SIQUEIRA, 2018).

4.7. Embaixada do Reino da Grã-Bretanha

Durante este período, o Império Britânico era uma potência marítima e militar, proprietário de diversas colônias como a Índia e várias ilhas ao redor do mundo. Apesar de ser considerada como a potência mundial da época, uma de suas colônias mais importantes tinha passado recentemente por um processo de independência e obtido sucesso, os Estados Unidos da América. Neste contexto, esta nação passou a se opor ao regime escravocrata que dava sustentação à economia das colônias europeias. Tal oposição foi fruto tanto de questões morais e religiosas, quanto da insatisfação britânica acerca da influência dos ideais iluministas franceses que deram origem ao processo de independência estadunidense (SIQUEIRA, 2018).

5. QUESTÕES RELEVANTES PARA AS DISCUSSÕES

- Há mecanismos pacíficos para uma contrarrevolução?
- Quais seriam os mecanismos antirrevolucionários?
- Há possibilidade de inserção pacífica de mecanismos antirrevolucionários nas colônias?
- A Revolução Francesa pode ser considerada eurocêntrica, no sentido dos ideais que propaga?
- Quais são os efeitos revolucionários para as colônias?
- O modelo colonial vigente está ultrapassado? Quais seriam as reformas que poderiam ser implementadas, naquela época, para que continue existindo?

- Os ideais haitianos seriam apenas reacionários à Revolução Francesa?
- Seria apenas cedendo direitos para os escravos que a Coroa pudesse controlar a rebelião?

REFERÊNCIAS

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. As Índias: Províncias, Reinos ou Colônias? Em torno da proposta de Zorraquín Becú. **IHGRGS**, Porto Alegre. Dezembro de 2016.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: da Independência a 1870 (Volume 3)**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1997.

COUPEAU, Steeve. **The History of Haiti**. Westport: Greenwood Press, 2008.

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elizabeth Weber. Revolução Haitiana: o medo negro assombra a América. **Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007.

GARRIGUS, John D. **Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GEGGUS, David Patrick; FIERING, Norman. **The World of the Haitian Revolution**. Bloomington: Indiana University Press; Illustrated, 2009.

GEGGUS, David Patrick. Marronage, Voodoo, and the Saint Domingue Slave Revolt of 1791. **Proceedings of the Meeting of the French Colonial Historical Society**, Ann Arbor, v. 15, p. 22-35, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42952215>. Acesso em 14 jun. 2021.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

LOGIS, Berno. A Revolução Haitiana (1791-1804) como momento privilegiado na construção de uma identidade “negra”. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 30., 2019, Recife. **ANPUH-Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2019.

LOGIS, Berno. **Cor, privilégios e liberdade na época da revolução: a luta de Julien Raymond em São Domingos-Haiti (1789-1794)**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2020.

NORONHA, Aline Garcia Chaves. Mesmas ideias, rumos diferentes: um paralelo entre a revolução francesa e a revolução haitiana. **Revista Ameríndia - História, cultura e outros combates**. Fortaleza, v.8, n.1 p. 1-9, 2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/2015/article/view/1652/1472>. Acesso em 22 mar. 2021.

SAES, Laurent. **A sociedade dos amigos dos negros: o antiescravismo na revolução francesa**. Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

SOARES, Ana Lorym; SILVA Elton Batista da. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). **Revista Ameríndia - História, cultura e outros combates**. Fortaleza, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/2015/article/view/1380/1286>. Acesso em 28 mar. 2021.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2004.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa: 1789-1799**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

TABELA DE DELEGAÇÕES

Conselho de Castilla	Membro Oficial
Intendências da Nova Espanha	Membro Observador
Intendência da Nova Granada	Membro Observador
Julien Raimond	Membro Observador
Sociedade dos Amigos Negros	Membro Observador
Reino da França	Membro Oficial
Reino da Grã-Bretanha	Membro Oficial
Reino de Portugal	Membro Oficial
República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos	Membro Oficial